

REPRESENTAÇÕES MEMORATIVAS E HISTORIOGRÁFICAS SOBRE AQUIDAUANA

Iára Quelho de Castro

Departamento de História, Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana.

Oswaldo Zorzato

Programa de Pós-Graduação em História,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados.

O presente artigo trata de um conjunto de representações memorativas e historiográficas sobre a cidade de Aquidauana, Mato Grosso do Sul. A investigação concentra-se no modo como são elaboradas (e a quem servem tais representações) e na sua articulação com as estruturas locais de poder.

Palavras-chave: Representação, Memória, Poder.

Representations of memorial and historiography about Aquidauana City. This paper approaches a set of memorial and historiographical representations about the city of Aquidauana, Mato Grosso do Sul State. The investigation concentrates itself on the way they are elaborated and to whom these are serving, and their articulations with the local power structures.

Keywords: Representation, Memory, Power.

Como lugar imediato de práticas sociais, espaço estratificado e estratificador, produto histórico de experiências coletivas, a cidade abriga arquivos imaginários, constituídos de lembranças, memórias e representações que sustentam processos identitários. Essa compreensão multifacetada e pluriarticulada do espaço-cidade, que se fundamenta nas formulações teóricas de Certeau, permite entrever os vínculos entre História enquanto representação, isto é, conhecimento construído, e as estruturas locais de poder, posto que “os lugares autorizados da fala (academias, instituições, produções escritas e televisivas) de ‘discursos científicos’ e ‘objetivos’ oferecem credibilidade, lugar que faz os crentes se moverem, fazendo crer” (Certeau, 2000:254). Sob essas perspectivas, tomam-se como objeto deste trabalho, as representações memorativas e historiográficas sobre Aquidauana, entendidas como construções textuais que formulam um conhecimento sobre a história da cidade, como a reencenação formal do passado, produzindo a perpetuação de determinados eventos, datas e pessoas, que se realiza em uma determinada zona de poder. Nesse sentido as representações são compreendidas como “estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (Chartier, 1989:17).

Através da escrita, se instaura uma memória; uma ordem de rememoração sacraliza, comemora, legitima e insere a memória na História como uma dimensão das representações sobre a sociedade, uma vez que, ao se compor, descrever, narrar, inscrever e registrar acontecimentos eleitos como dignos de memorização, situando-os quanto ao tempo, atos e sujeitos, constitui-se uma cronologia referencial, atingindo-se a “fronteira onde a memória se transforma em história” (Le Goff, 1997:18). Privilegia-se neste trabalho o aspecto social da memória, entendida como um tipo especial de fato social, constituindo-se de idéias sustentadas coletivamente, como resultado de forças sociais e históricas (Fentress, 1992).

A recomposição histórica, isto é, as representações formais constituídas, por sua vez, são consideradas como uma dimensão da realidade, portanto, fundadas na organização e estruturação da sociedade, apontando-se para a compreensão de que os homens vivem não somente conflitos econômicos, mas também lutas de representações, cuja razão de ser é, em última instância, a hierarquização da própria estrutura social. Esse arcabouço conceitual torna possível perceber os elos que as representações mantêm com estratégias de dominação:

“As percepções sobre o social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas sociais, escolares, políticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas”. (Chartier, 1990:17)

Outras duas noções permitem conferir maior visibilidade àqueles vínculos. A primeira refere-se à História como construção, amparada em vestígios que devem ser rigorosamente criticados e que se expressa por meio de suas representações, como provedora de condições favoráveis a determinados grupos nas disputas pelo *poder simbólico* e na imposição de suas representações ao conjunto da sociedade, cuja recorrência leva a *fazer ver e a fazer crer* (Bourdieu, 1989). A segunda constitui-se na noção do saber enquanto produção do poder, indicando que este nem sempre está localizado em lugares previsíveis, uma vez que não se realiza necessariamente de forma repressiva ou contratual, permitindo uma maior compreensão das estratégias de manutenção das relações constituídas:

“(…) se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento e do recalçamento, a maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz”. (Foucault, 1975:148)

Os pressupostos teóricos mencionados orientam o estudo das representações sobre Aquidauana, cidade do estado de Mato Grosso do Sul, lugar a partir do qual se realiza a reflexão acerca da consti-

tuição de um saber histórico e suas relações com as estruturas de poder e de seus desdobramentos, as seleções, os recortes, as celebrações e os *esquecimentos*. A verificação dos fundamentos sob os quais são selecionados os elementos do conhecimento histórico local, como uma forma para se refletir sobre os seus usos e serventia, constitui o caminho escolhido para a compreensão dos significados, das modalidades de composição e apropriações da escrita constituída. Para realizar esse percurso, seguem-se os vestígios a partir de três eixos temáticos. O primeiro, referente à construção da memória historiográfica, como um dos suportes da constituição de uma identidade local articulada com um projeto regional. O segundo, relativo aos atos de presentificação e revificação da história construída, através dos textos comemorativos, lugares simbólicos da memória oficial e de fortalecimento da memória coletiva¹. O terceiro, discute a prática do *esquecimento* que se realiza sob duas formas: a absoluta que transparece na ausência de representações sobre os Terena, população indígena da cidade; e a seletiva, visível em representações restritas à indicação do lugar social que lhes cabe.

Segundo as representações memorativas preservadas, a cidade de Aquidauana tem sua fundação garantida por um grupo de fazendeiros que, em agosto de 1892, para resolver problemas relativos ao desenvolvimento da atividade pecuária, planeja e executa o projeto de criação de um povoado. A inscrição desse momento inaugura uma cronologia de rememoração que, independente das intenções dos seus autores, define um território simbólico de poder, uma vez que a “legitimação de grupos leva necessariamente a uma história exemplar, a um princípio e a um mito fundador” (Ginzburg, 2001:83). As representações formuladas apresentam, como temas recorrentes, as ações desenvolvidas por aquele grupo para assentar e organizar o novo povoado, criar as instituições necessárias à vida

¹ A memória coletiva é aqui entendida nos termos definidos por Fentress (1992), isto é, como algo estruturado pela linguagem, pelo ensino, pela observação, pelas idéias coletivamente assumidas e por experiências partilhadas com os outros.

urbana, além da descrição da trajetória local político-administrativa. Constitui-se a recorrente representação de pioneiros audazes e empreendedores que se encontra cristalizada no imaginário político local para pensar as origens da cidade. As imagens formuladas simbolizam a legitimidade e a autoridade dos fundadores, seus herdeiros e partidários políticos, concorrendo para a marginalização de projetos e propostas estranhos às elites constituídas.

Essa demarcação simbólica é percebida quando se verifica que a aceitação e o reconhecimento sociais dos *forasteiros* passam necessariamente pelo crivo dos grupos locais dominantes que buscam no passado um amparo legitimador. Como o conhecimento construído sobre a história da cidade abriga acontecimentos, datas e personagens eleitos como dignos de serem preservados e rememorados pelas gerações futuras, construindo a legitimidade de determinados grupos, garante-se a perpetuação de ações, gestos e iniciativas de alguns poucos segmentos da sociedade, excluindo-se os demais. Nesse movimento, se revela a utilização política da História, como um dos recursos usados pelos homens para construir, manter identidades e assegurar legitimidades, não obstante a tendência contemporânea de se desqualificar a temática da dominação como objeto legítimo da investigação histórica. Entretanto, o passado freqüentemente tem sido solicitado para prestar conta de situações presentes, percepção que aponta para uma instigante dimensão das relações históricas que os homens estabelecem com o seu tempo para transformá-lo, reorganizá-lo ou preservá-lo. Empreendimento que representa a luta movida contra a densa voragem do esquecimento e da perda de identidade coletiva, usando-se um dos mais antigos saberes: a escrita da história e de memórias, que tecem as malhas identitárias (Fentress, 1994) .

As fontes analisadas, pelas temáticas apontadas e o tratamento a essas conferido, dão conta da existência de duas formas de escrita da história local. A primeira segue o modelo dos institutos históricos e geográficos, criados na Europa no século XIX e adotados no Brasil, a partir de 1838, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico

co Brasileiro, no Rio de Janeiro. Essa instituição trabalha para dar forma à nação através do conhecimento construído, fornecendo um modelo de escrita da história seguido por seus congêneres regionais (Schwarcz, 1993). Nessa abordagem, podem ser incluídas a produção acadêmica, com fins didáticos, de Gerson Carlos Russi (1975), e as produções editoriais de Renato Alves Ribeiro (1984) e Cláudio Robba (1992). A segunda vertente, representada pela dissertação de mestrado de Joana Neves, apresentada à Universidade de São Paulo (USP), em 1980, trata da história da cidade utilizando as noções de civilização e dependência, articulando a fundação de Aquidauana com o movimento geral de expansão do capitalismo e da incorporação econômica do Pantanal nesse sistema.

O modelo adotado, no primeiro caso, se realiza através de uma reconstrução histórica que se inicia com a descrição de um ambiente físico-geográfico dotado de atributos edênicos, que remete aos mitos fundadores, à necessidade de afirmação de uma origem legitimadora, tal como transparece no trabalho do memorialista Cláudio Robba (1992), que publica seu trabalho no ano do centenário da cidade, momento carregado de uma imensa carga simbólica, plena de manifestações identitárias e de revivificações de memórias esvaecidas. A sua recomposição da história local trabalha no sentido de representar a importância da natureza, como um espaço conquistado e configurado através de ações pioneiras. Esta dimensão privilegiada para se iniciar a constituição de um saber sobre a cidade, permite enfatizar o protagonismo dos fundadores que são representados como os sujeitos históricos que dominam o meio, aí incluídos os índios, e transforma a mata em um lugar *civilizado*, a cidade.

Essa primeira forma de composição da história local apresenta uma visão pragmática e utilitária, organizando informações esparsas e construindo a sua importância a partir da idéia de desenvolvimento, mapeando a cidade em uma desejada trajetória de progresso, como pode ser percebido nos trabalhos de Russi (1975) e de Robba (1992). Essa perspectiva se faz presente desde os escritos mais antigos, constituídos por folhetos denominados *históricos* e artigos

de jornais, a maioria deles reproduzidos em épocas posteriores às publicações originais, como aqueles formulados pelo fundador João de Almeida Castro, na primeira década de 1900; pelo filho do fundador Francisco Alves Corrêa, o médico Delphino Alves Corrêa, nas décadas de 1940 e 1950; e os do genro do primeiro, João Pace, na década de 1960 (Castro, 2002). As inscrições textuais, e sua recorrente reprodução, especialmente nos festejos de fundação da cidade, indicam a construção de uma identificação entre o grupo politicamente dominante e um futuro fadado à grandeza, levando a crer em um destino histórico realizável somente com a condução daqueles.

Na década de 1970, no contexto de uma nova onda de modernização da nação brasileira, articulada ao capitalismo internacional, verifica-se que o Estado nacional cria uma série de projetos visando à ocupação econômica de regiões até então pouco exploradas pelo capital, particularmente o Centro-Oeste e a Amazônia, e uma integração mais consistente às relações de produção dominante. As agências do estado ditatorial elaboram e coordenam uma série de programas, entre os quais o da expansão de cursos universitários para o interior, momento em que se dá a instalação do primeiro centro universitário de Aquidauana, propiciando as primeiras manifestações historiográficas produzidas no âmbito da academia, podendo ser citado o trabalho do professor Gerson Russi (1975), material pedagógico destinado a servir de referência para os professores da rede pública de ensino, apresentando, desta forma, a clara intenção de reprodução de conhecimento.

Russi estabelece uma prioridade temática e a construção da relevância de informações, a partir de um trabalho de recolhimento de dados esparsos deixados por memorialistas e geógrafos, buscando descrever a cidade em uma trajetória de progresso, registrando acontecimentos eleitos como capazes de demonstrar a origem e o desenvolvimento da cidade, a exemplo do registro da criação das instituições locais e da evolução político-administrativa. A realização de tal percurso encontra-se estruturado em três momentos. O

primeiro, marcado pela inserção do movimento fundador e povoador nos quadros do processo de povoamento do sul do antigo estado de Mato Grosso, destacando as incursões espanholas e o movimento bandeirante. O segundo, com a indicação do *povoamento efetivo* da região, demarcado a partir da Guerra contra o Paraguai e com a expansão das fazendas de gado, proporcionando a visibilidade dos proprietários de terra como os verdadeiros povoadores e revelando com clareza a reprodução da idéia de que os índios ocupam mas não povoam as matas. O terceiro constrói o advento da modernização, identificado com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil à cidade, na primeira década do século XX, produzindo um outro marco para a história local.

Planejar, levantar *índices programáticos*, promover estratégias de desenvolvimento e executar obras transformam-se na bandeira *progressista* dos governantes em todos os níveis administrativos, nos anos de 1970, fornecendo, simultaneamente, os elementos definidores do parâmetro usado para a constituição das histórias locais, demarcando e construindo a relevância de eventos, nomes e datas que indicam o cumprimento de uma almejada pauta de modernização, preservando-os para as gerações futuras. Neste cenário, historicamente traçado, os descendentes, partidários e simpatizantes políticos dos pioneiros da região representam-se como os senhores do desenvolvimento local.

Na percepção dos memorialistas, o povoamento da região, onde hoje se localiza Aquidauana, encontra-se inserido no movimento para assegurar fronteiras geográficas e simbólicas da nação brasileira, sendo representado como a saga de criadores de gado e de presumidos herdeiros dos bandeirantes paulistas, tidos como os *desbravadores* dos sertões, que enfrentaram os perigos de uma natureza rude e desafiadora que ameaçava constantemente a implantação de projetos civilizadores, estes assumidos como uma tarefa que cabia a eles realizar. Os desafios geográficos, enchentes e dificuldades de comunicação, compõem o terreno sob o qual se edifica a grandeza e heroicização dos pioneiros. Neste sentido, o itinerário

traçado para recompor a história local apresenta como demarcadores significativos as ações daqueles homens, tais como o estabelecimento de um núcleo populacional *civilizado*, organizado e regulamentado; a promoção da urbanização e de suas estruturas; a montagem do aparelho político-administrativo; a realização de medidas de saneamento e de implementação das atividades econômicas. Esses aspectos selecionados fornecem o material necessário para a arquitetura de um conhecimento marcado pelo protagonismo dos grupos que vão se afirmando identificados como desbravadores e pelo *esquecimento* dos demais segmentos sociais.

A reafirmação do *capital* político das elites que vão sendo constituídas se realiza articulado com um movimento regional que confere vigor às ações pioneiras e que expressa a preocupação com uma origem nobilitada pela herança paulista, apontando alguns dos elementos comuns que a escrita memorialística local mantém com a historiografia de Mato Grosso. O estudo de Zorzato (1998) permite estabelecer essa articulação das motivações e cuidados de memorialistas que constroem a história regional e a inserção de Aquidauana em um projeto de identidade coletiva, informado e configurado pelos interesses da classe fundiária da região. Das lembranças inscritas pelos memorialistas, como as que foram traçadas por Ribeiro (1984), emergem algumas das justificativas da necessidade e legitimidade de uma ação interventora na região, a exemplo da promoção da atividade de expansão das fazendas de gado e a conseqüente incorporação de novas terras. Percebe-se, ainda, uma constante preocupação com a inscrição da legalidade das propriedades agrárias e com a atribuição de um sentido à utilização dos índios como mão-de-obra que, não obstante ser realizada para promover o desenvolvimento econômico, concorrendo decisivamente para a formação de riqueza dos proprietários, aparece nobilitada ao ser revestida da intenção de se estender os benefícios da civilização aos índios, como uma tarefa específica destinada aos pioneiros, transformando-os em *civilizadores* dos sertões, conforme determina o modelo de nação moderna pretendida pelos memorialistas desde

o final do século XIX. Esse aspecto renovado de permanência, por sua vez, indica o enquadramento periférico da região que, na cartografia do poder nacional, ainda nos anos de 1970, se esforça para ingressar no seletivo grupo das regiões brasileiras *adiantadas*.

O esforço realizado pelos memorialistas tem o mérito de preservar parte da História regional, correspondente à memória oficial que, de toda forma, fornece bases documentais que permitem reconstruções históricas a partir de reveladores *silêncios*, remetendo a estratégias e relações de poder. Desta forma, não se pode perder de vista que as inscrições memorialísticas fornecem água ao moinho das identidades, uma vez que possibilita o movimento da memória coletiva, de forma pragmática e seletiva, observada na luta das forças sociais que permite a apropriação parcial da História para assegurar legitimidades (Le Goff, 1984). O mando político, nesses termos, afirma-se, omitindo informações incômodas, como a questão indígena, no uso de um conhecimento histórico fragmentado, como recurso para justificar políticas autoritárias e excludentes (Florescano, 1982).

A segunda forma de escrita da história local, representada por um único trabalho, é a Dissertação de Mestrado em História elaborada por Joana Neves, então professora do primeiro centro universitário da cidade, o Centro Pedagógico de Aquidauana (CPA), criado em 1971. Tendo por objetivo a compreensão do significado da fundação de Aquidauana para o processo de ocupação da região pantaneira, Neves defende a hipótese de que esta é explicada pelo processo de incorporação econômica realizada pelo sistema capitalista. Dessa forma, articula a história local com a configuração do território nacional, sob o domínio bandeirante e, posteriormente, insere a fundação da cidade no movimento interno de expansão do capitalismo, irradiado a partir de São Paulo, e no processo geral de ocupação da região do Pantanal, explicado como a absorção da área pelo sistema dominante. Caracteriza a ocupação territorial brasileira, no decurso do século XIX e primeira metade do século XX, como resultado da marcha inexorável de um processo civilizatório, relacionando cida-

de e expansão do capitalismo, no interior do qual situa a extinção de populações indígenas e a destruição de culturas ancestrais, como preço da civilização. Conclui que a fundação da cidade revela-se como obra de um grupo de homens que se dão ao direito de construir sua própria história, perspectiva que abre a possibilidade de se refletir sobre o custo do empreendimento pioneiro.

“(…) se a fundação de Aquidauana é expressão de dependência econômica e de distorções provocadas pela civilização, sua fundação, no recuado ano de 1892, foi símbolo da decisão e da tenacidade de um grupo de pessoas que se alinhava ao lado daqueles que, até mesmo para errar, se dão ao legítimo direito de construir, por si, sua própria história.” (Neves, 1980:159)

As fontes analisadas indicam que, não obstante as distintas motivações e abordagens, a história da cidade se encontra desenvolvida em três atos. O primeiro indica a inscrição dos antecedentes históricos da ocupação da região pelas bandeiras paulistas, apontando para a legitimidade dos exploradores na posse da região; o segundo, apresenta a fundação como uma exigência do avanço da *civilização* e do progresso sobre o espaço grandioso do Pantanal, terra das águas abundantes, paisagem que reclama esforços vigorosos dos homens para o seu domínio econômico; desta forma, o ato de criação da cidade se encontra percebido como uma premência da atividade de expansão da pecuária, construindo o protagonismo dos fazendeiros, presumidos herdeiros dos bandeirantes e, finalmente, o tempo de modernização da localidade, representada pela formação de instituições políticas, econômicas, comerciais, religiosas, militares, judiciárias, provimento das vias de comunicações e outros elementos indicadores do progresso, em uma construção que sugere a continuidade de um projeto pioneiro.

O esquema interpretativo adotado produz marcos temporais e factuais de referência, entre os quais a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil à cidade, anunciando o seu ingresso na *modernidade*, encontra-se representada como um dos seus mais significativos eventos,

“(…) A ferrovia exercendo a função de ponta de lança na penetração e ocupação do Pantanal, o município exercendo uma função comercial e

também agente de intercâmbio cultural; acabam por provocar a urgente necessidade de instalação de equipamentos básicos de manutenção, seja através de oficinas para a recuperação do maquinário rodante, seja através da construção de novas residências para os ferroviários e criação de serviços de assistência médico-hospitalar. Assim, foram criados centros sociais, escolas e hospital...” (Russi, 1975:17)

“(...) E finalmente, em 1912, a 21 de dezembro, ocorreu um dos fatos mais importantes para o crescimento de Aquidauana; foi inaugurada a estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (...) 20 anos depois, Aquidauana era um município com jurisdição própria, com características definidas e incorporado de maneira definitiva ao processo de ocupação do pantanal mato-grossense.” (Neves, 1980:91-92)

A ênfase em uma história político-administrativa, a importância conferida aos documentos oficiais para demonstrar uma trajetória de desenvolvimento, a partir quase que exclusivamente daqueles registros, e o predomínio de um recorte temporal que abrange as origens da ocupação e povoamento do sul de Mato Grosso, passando pela fundação de Aquidauana à sua organização institucional, constituem o tempo e os eventos privilegiados pelas fontes examinadas. A convergência em torno destes aspectos privilegia um *olhar de cima* que subordina as ações dos demais grupos sociais às ações pioneiras. Outras experiências passam despercebidas, deixando de ser inscritos outros projetos, de outros grupos, que não sobrevivem em uma memória oficial, objeto de investimentos para a reprodução das relações sociais existentes.

Ao se percorrer uma outra via memorativa – as cerimônias de celebração à fundação da cidade – verifica-se que ela reconduz aos mitos fundadores e identitários. Os textos inscritos como *históricos*, folhetos impressos, que emergem ou ressurgem a cada ano, expressam uma das peças comemorativas e apresentam como elementos comuns à proposta de harmonia e unidade da comunidade, como destino *natural*, oferecendo reatualizações, coesão social e o fortalecimento dos fios que tecem os lugares simbólicos da memória oficial. Neste sentido, é possível reconhecer as festas cívicas como tempo e lugar de reconstrução e resgate de memórias que carregam consigo o objetivo de alimentar e realimentar o sentimento de

pertencimento à comunidade festejada e, ao mesmo tempo, reproduzir suas relações sociais e de poder.

O sentimento de *pertencimento* representa o alicerce sob o qual são erguidos os textos comemorativos, peça das comemorações à fundação da cidade, selecionados por traduzirem uma das formas sob as quais as sociedades são levadas a lembrar coletivamente o seu passado². Neles, o tempo pretérito é reconstruído a partir da idéia de um evento fundador, representado pelas ações dos pioneiros, evocando-se não o estatuto histórico para se falar da cidade, mas a sensibilidade, a idéia de *terra natal* sob a qual homens e mulheres devem renunciar às diferenças para um suposto bem comum. Essa representação integra uma memória construída para nobilitar as realizações de uma coletividade, que é percebida através da ótica dos seus grupos dominantes, como heranças de uma vontade pioneira. Reatualizada através da *performance* ritual, as celebrações reconduzem a um passado desejadamente glorioso, homogeneizado e harmônico (Connerton, 1999).

As mensagens comemorativas indicam um itinerário demarcado, principalmente, por três componentes comuns: a idéia de progresso, como um destino previsto, desejável e irreversível; de continuidade histórica e da noção de uma origem nobilitada pelas ações dos fundadores:

“Neste ensejo, devemos reverenciar a memória dos seus fundadores, que desbravando rincões do oeste brasileiro, aqui implantaram um imorredouro marco de civilização (...). É nosso desejo seguir tão belos e dignificantes exemplos de desprendimento e amor à terra Aquidauanense! Neste dia tão significativo unamo-nos em torno de um ideal: o engrandecimento da Princesa do Sul.”³

² A noção de *pertencimento* foi desenvolvida por Halbwachs (1946) para indicar o mecanismo por meio do qual os indivíduos são capazes de adquirir, localizar e evocar as suas memórias.

³ Trecho da mensagem do então prefeito municipal, Rudel Trindade, publicada em 1967 no *Pequeno Álbum Histórico*, brochura com 45 páginas, por ocasião dos 75 anos de fundação da cidade.

Renovando-se ciclicamente, as representações constituídas revelam a dinâmica dos processos identitários que reinventam o passado em função dos interesses dominantes, atravessando o tempo de forma quase mágica, fortalecem a memória de suas elites política e econômica, domesticando uma memória que é difusa e fragmentada, transformando o conhecimento histórico em memória, uma vez que sacraliza, comemora e celebra (Nora *apud* D'Aléssio,1992). Os atos comemorativos apropriam-se da História como guardiã da tradição e da legitimidade daqueles grupos, cenário no qual os *outros* são aceitos desde que se submetam aos objetivos e interesses dos fundadores e seus continuadores políticos como expressa uma das mensagens formuladas à época do centenário da cidade:

“(...) os filhos e sucessores dos fundadores, aliados a outros cidadãos oriundos de outros rincões, imbuídos dos mesmos objetivos e princípios, com o trabalho de todos e a contribuição pessoal de cada um, fizeram da vila de Aquidauana, esta cidade gostosa e se viver.”⁴

Nesse forjado imaginário político, a memória se transforma em História, constituindo um estoque de lembranças guardado como conhecimento legítimo, objeto do desejo de controle do poder (Fentress, 1994). Presentifica-se o passado através das cerimônias celebrativas à fundação, em uma teatralização na qual homens e mulheres são convocados a lembrar coletivamente um passado reelaborado como comum a todos, mesmo que nele não se possa perceber-se com nitidez, como parece ocorrer com as representações sobre os Terena.

As representações sobre os Terena, grupo indígena presente na composição da sociedade local, apontam para as relações construídas: não podendo ser negados, pela sua sobrevivência enquanto grupo diferenciado e auto identificado, no interior da sociedade envolvente e envolvida, ganham um tratamento condescendente dos memorialistas que indicam o lugar a eles destinados no

⁴ Mensagem de Fernando Luis Alves Ribeiro, prefeito municipal, publicada à época do centenário da cidade (1992) na *Revista Centenária*, com 160 páginas, publicação da gráfica do jornal local, *O Pantaneiro*.

mapa social local, e a qualificação de seres anacrônicos, engendra-da em um pretendido cenário de progresso. Condição constituída que concorre para a formulação de uma política de civilização dos índios, como uma tarefa imposta e assumida pelos pioneiros de conduzi-los ao curso da História. Percebe-se, ainda, a tentativa de compreendê-los a partir de um processo de dominação, destruição e desaparecimento de uma cultura ancestral, tal como pode ser percebida na crítica de Neves acerca de uma historiografia tradicional identificada com o *colonizador branco*:

“Há poucos registros e, menos ainda, estudos que possibilitem uma caracte-rização mais exata dos grupos indígenas do pantanal, bem como de suas relações com a sociedade nacional na época em que se fundou Aquidauana. Observa-se inclusive um silêncio tácito das populações brancas atuais, sucedâneo da ignorância daqueles que, no passado, nem sequer se deram ao cuidado de mencionar a existência dos índios. Contudo algumas menções isoladas e eventuais somadas a uns poucos relatos mais minuciosos como a obra dos Caduveos, de Guido Boggiani, por exemplo, revelam que, no final do século XIX, ultima-se no Pantanal mato-grossense o processo de elimi-nação (física e cultural) da população indígena no qual a fundação de cidades (Aquidauana é um exemplo) representa um marco definitivo.” (Neves, 1980:76)

O *olhar civilizador* e os *silêncios da memória historiográfica* apontam como a temática indígena encontra-se configurada nas re-presentações locais. As fontes trabalhadas indicam que estas são produzidas sob formas inter-relacionadas:

1. De exclusão, como pode ser percebido no estudo de Russi (1975), que não faz nenhuma referência específica sobre a pre-sença atual dos Terena na região, não obstante a sua presença viva no cotidiano da cidade, demonstrando os elos que a memó-ria historiográfica mantém com o *esquecimento*. Esse *esqueci-mento* indica com certa clareza que o grupo não é considerado mais índio; entendimento que parece estar fundado na idéia de permanência de uma cultura ancestral como critério da definição de indianidade. Nessa percepção a suposta perda dessa cultura implica o desaparecimento do índio, perspectiva amplamente utilizada nas disputas por terras entre índios e não índios

2. De *inclusão excludente*, inferida da noção de *inclusão abstrata e exclusão concreta* trabalhada por Cancline (1999) para explicitar a construção da categoria povo enquanto legitimadora do domínio de determinados grupos. Esse recurso permite perceber uma inclusão que se realiza nas representações de índios trabalhadores, dóceis, leais e amigos, e uma exclusão enquanto grupo portador de uma cultura que incomoda por não se enquadrar nos termos dos valores da sociedade envolvente. Os Terena são percebidos como seres que precisam ser conduzidos à civilização; esse pressuposto de superioridade cultural emerge com clareza em afirmações como a de que os “índios precisam ser incorporados à nossa civilização, pois desde o princípio da humanidade os povos dominados aceitavam a civilização dos dominadores” (Ribeiro, 1984:83). Essa proposta, não descartando as suas boas intenções, percebe os índios como seres desarmados de qualquer defesa diante da *superioridade* da sociedade envolvente.

3. De homogeneização, que se realiza sob duas dimensões. De um lado, os Terena são despojados de suas especificidades, de sua identidade étnica e considerados *misturados*, compondo uma massa homogênea com o restante da população dos estratos mais baixos da sociedade, nos quais são incorporados. Por outro lado, a presença de um tratamento que homogeneiza todos os grupos indígenas da região, como seres genéricos, portadores de uma mesma cultura, como personagens de um passado perdido, sem elos com o presente e com o movimento histórico:

“(…) todas as tribos mencionadas [Guaicuru, Paiaguá, Caiapó, Guachi, Nuares, Bororo e Xaraiés] apresentavam-se no início da ocupação pelos brancos, no estágio neolítico. Desconheciam outra atividade senão a economia natural e um sistema agrícola extremamente rudimentar, onde os trabalhos eram levados a efeito pelos membros da tribo e a produção desfrutada pelo mesmo conjunto, numa espécie de comunismo primitivo.” (Russi, 1975:6)

As representações dos memorialistas negam a historicidade Terena; sua história é ignorada ou, quando muito, aparece como um complemento da história dos desbravadores da região, como meros

coadjuvantes; essa perspectiva pode ser observada no trabalho de Robba (1992) que representa os Terena como trabalhadores pacíficos, subordinados, convivendo harmoniosamente na sociedade envolvente. Os referenciais fundamentais para a visualização e representação do grupo são as de trabalhadores competentes: “exímios laçadores, grandes rastejadores, ótimos guias, cozinheiros competentes, servidores domésticos de confiança, bons tratoristas, vaqueiros por excelência”, tais como emergem nas representações de Ribeiro, indicando os critérios sob os quais os Terena são pensados, considerados e avaliados.

“(…) os índios viviam em paz com os brancos, penso mesmo que com grande amizade. Eles muito nos auxiliaram na Guerra do Paraguai, onde perseguiram tenazmente os invasores (...) são bons empregados, de temperamento dócil e leais amigos quando adquirem estima por uma pessoa. Eram ótimos cavaleiros e aprendiam com facilidade os trabalhos no campo. No Taboco tivemos alguns camaradas de toda confiança (...) Eram perspicazes e observadores como todo homem do campo.” (Ribeiro, 1984:73-74)

Verifica-se o obscurecimento das possibilidades históricas de realização plena dos Terena enquanto sujeitos de sua própria história, em todas as representações locais apreciadas. Não se pode perder de vista que estas refletem um tempo em que prevalece a tese das perdas culturais e de extinção das sociedades indígenas do Brasil e no qual os defensores dos índios concentram as suas atenções nas causas desse desaparecimento tido como irreversível, motivo pelo qual Neves representa os índios apenas como vítimas indefesas das iniquidades do *branco civilizado*. Desta forma, embora revele o desejo de defesa das causas indígenas e tenha o mérito de instigar a possibilidade de novas perspectivas interpretativas nas representações locais sobre a sua população indígena, suas representações concorrem para uma memória historiográfica que preserva a imagem *rousseauniana* do *bom selvagem*, expressando indignação e tristeza diante da perda de um idealizado estado de *pureza* daquelas sociedades, pela destruição de culturas ancestrais:

“(…) a despeito dos estudos, das ações dos religiosos e do aprimoramento das consciências mais esclarecidas, que se esforçam para recompor-lhes a

dignidade, amesquinhada pela violência da conquista, persistem julgamentos preconceituosos, estereotipados, subjetivos que os equiparam às coisas sem valor (...).” (Neves, 1980:159)

As representações constituídas, não obstante apresentem diferenças de concepção, revelam como ponto de convergência a imagem de índios dóceis, incapazes de iniciativas e de ações históricas, entregues ao sabor dos outros. Se em uma das vertentes de compreensão aparece uma mal dissimulada indiferença, ou um mal disfarçado incômodo; em outra, aflora a indignação frente a um tratamento que relega os indígenas ao limbo da história. Duas abordagens, dois projetos de escrita da história para a cidade podem ser presumidos desta temática e que permitem refletir sobre a importância que a inscrição textual pode representar na construção de uma sociedade menos excludente e mais solidária. Esta exige a formulação e realização de projetos de democratização dos espaços da memória coletiva, esforço especialmente importante em um tempo em que os referentes culturais fornecem as bases que legitimam movimentos de conquista de direitos, podendo forjar espaços de convivência mais generosos e a possibilidade de um redimensionamento da História, no sentido de sua abertura a outras memórias (Montero, 1997).

As representações historiográficas e memorativas de Aquidauana vão ao encontro da idéia de que a identidade coletiva constitui-se em um imperativo para as comunidades, uma vez que oferece acolhimento, referência para que homens e mulheres possam se situar no mundo, atribuir um sentido à vida e definir projetos e sonhos. Entretanto, essa identidade coletiva construída é objetivo de memórias, de celebrações e de reconstituições históricas que, assim, assumem a forma de instrumento e objeto dos poderes constituídos. As representações sobre Aquidauana permitem constatar que os grupos tradicionais ou a eles vinculados são os beneficiários diretos das memórias instituídas, rememoradas ciclicamente através das comemorações oficiais, que constituem uma visão hegemônica sobre a cidade, legitimando aspirações, projetos políticos e práticas sociais.

Finalmente, poder-se-ia dizer que as representações constituídas não são apenas discursos. Elas criam significados: sua recorrência tende a impor uma autoridade, podendo informar, formatar e legitimar práticas de convívio coletivo, justificando escolhas e condutas. Como todo conhecimento construído, o saber histórico é seletivo, recortado e provisório, mas não inverídico, uma vez que se ergue sobre evidências que afloram em espaços historicamente construídos. Instituído, produz efeitos consolidadores, autorizativos e simbólicos de relações hierarquicamente estabelecidas. Numa palavra, constitui-se em um eficiente instrumento de poder. Razão pela qual este trabalho convida à reflexão sobre a exigência da democratização dos espaços da memória coletiva, como forma de se acolher vozes esquecidas, contribuindo para a formação de estratégias simbólicas aos grupos excluídos, propondo novos horizontes. Que estes possam contemplar as alternativas sonhadas por outros segmentos sociais, como possibilidades históricas que podem vir a se realizar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. 1989. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa. Difel, Rio de Janeiro.
- CANCLINI, A. 1998. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo, Edusp.
- CASTRO, I. Q. 2000. *Vigiar e Construir a História: memórias, esquecimentos, comemorações e historiografia nas representações sobre Aquidauana*. Dissertação de Mestrado. Dourados, UFMS.
- CERTEAU, M. 2000. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense.
- CHARTIER, R. 1990. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Galhardo. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Bertrand Russel.
- CONNERTON, P. 1999. *Como as sociedades recordam*. Trad. Maria Manuela Rocha. Lisboa, Oeiras.
- D'ALÉSSIO, M. M. 1992. Memória: Leitura de M. Halbwachs e P. Nora. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 25-26.
- FENTRESS, J. & WICKHAN, C. 1994. *Memória Social*. Trad. Selma Costa. Lisboa, Teorema.
- FLORESCANO, E. 1992. De la memoria del poder a la historia como explicación. In *Historia: ¿Para qué?*. México, Siglo Veintiuno.

- FONTANA, J. 1998. *Reflexões sobre a História, do além do fim da História*. Bauru, EDUSC.
- FOUCAULT, M. 1975. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- GINZBURG, C. 2001. *Olhar de Madeira*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Companhia das Letras.
- HALBWACHS, M. 1990. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice.
- LE GOFF, J. 1984. Memória. Trad. Bernardo Leitão e Irene Ferreira. In *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- MONTEIRO, J. M. 1999. Armas e armadilhas. In: NOVAES, A. (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MONTERO, P. (Coord.). 1997. *Entre o mito e a história: o V centenário do descobrimento da América*. Rio de Janeiro, Vozes.
- NEVES, J. 1980. *A fundação de Aquidauana e a ocupação do Pantanal: civilização e dependência*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP.
- RIBEIRO, R. 1984. *Taboco – 150 anos: balaio de recordações*. Campo Grande, Ed. do Autor.
- ROBBA, C. 1992. *História de Aquidauana*. Campo Grande, Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.
- ROUANET, S. P. 1999. O mito do bom selvagem. In: NOVAES, A. (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras/Minc-Funart.
- RUSSI, G. C. 1975. *Subsídios para a história de uma região: Aquidauana*. Aquidauana, CPA/UEMT.
- SCWARCZ, L. M. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ZORZATO, O. 1998. *Conciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1973)*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.